



## PROVA BRASIL “OLHARES” DAS PROFESSORAS

**PINHEIRO, Débora Moreira<sup>1</sup>; MELLO, Jenice Tasqueto de<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Especialista em Educação pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense - IF – Sul  
[debrapinheiro@gmail.com](mailto:debrapinheiro@gmail.com)

<sup>2</sup>Depto.CINAT - Biologia - IF – Sul [Jmello118@gmail.com](mailto:Jmello118@gmail.com)  
Instituto Federal Sul-rio-grandense

### 1. INTRODUÇÃO

Hoje, nossas escolas se encontram em diferentes níveis de qualidade de ensino. Os resultados do período de escolarização são preocupantes: índices de evasão e repetência muito grandes, uma produção de analfabetos funcionais extraordinária, um ensino completamente desvinculado das necessidades da população, tanto em termos de conteúdos, quanto de métodos, não formando adequadamente aqueles que permanecem na mesma (ZAGUARY, 2006). A avaliação acaba sendo um dos fatores determinantes para que esse quadro continue, tanto pela forma como ela geralmente é feita – quantificando alunos–, quanto pela finalidade que a maioria dos professores dá ao ato de avaliar. Alguns professores utilizam-se da avaliação não para diagnosticar problemas e, posteriormente, trabalhar com eles buscando eliminá-los, mas sim para determinar se o aluno é apto ou não para avançar de nível.

Considero a avaliação no processo de ensino muito importante, pois é a partir dela que se pode diagnosticar quais as dificuldades dos alunos, quais as direções que o professor necessita tomar. Pelo fato de ter este entendimento, decidi, então, pesquisar sobre a Prova Brasil na 4ª série.

A Prova Brasil, interesse desta investigação é feita em âmbito nacional, avaliando as escolas públicas urbanas do Brasil; é aplicada para alunos das 4ªs e 8ªs séries. É desenvolvida e realizada pelo Instituto Nacional Anísio Teixeira, autarquia no Ministério da Educação. Nas escolas que têm ensino fundamental de nove anos, ela é aplicada no 5ª e 9ª ano (BRASIL, 2008).

### 2. MATERIAL E MÉTODOS

Considerando que, no âmbito da escola, a avaliação é um ponto, se não o mais, um dos mais discutidos, justamente pela importância de que ele se reveste, surgiram algumas inquietações: a) Que alterações a Prova Brasil está gerando na prática dos professores? b) Qual a aceitação que a Prova tem por parte dos educadores? c) Os objetivos propostos pelo MEC estão sendo atingidos?

Estas questões me dirigiram ao problema central desta pesquisa: Qual a influência da Prova Brasil na prática dos professores?

Foram pesquisadas professoras de 4ªs séries de escolas municipais. O critério de seleção para a escolha das professoras foi o de que as mesmas tenham acompanhado a aplicação da prova em suas turmas em 2005 e em 2007. A

problemática delineada, portanto, tinha como interesse compreender, se a avaliação institucional está causando alguma mudança nas escolas, mais precisamente na prática pedagógica das professoras, segundo a visão das mesmas.

Os procedimentos metodológicos se pautaram na pesquisa qualitativa, do tipo Estudo de Caso. Para Gil (1994, p.59), “o estudo de caso traz vantagens significativas como, o estímulo a novas descobertas, a ênfase da totalidade e a simplicidade dos procedimentos”.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário, com perguntas duplas, onde foram aplicadas categorias de perguntas sobre sentimentos e sobre padrões de ação. Para Gil (1994), o questionário constitui hoje uma das mais importantes técnicas disponíveis para a obtenção de dados nas pesquisas sociais. Com o questionário em mãos, meu primeiro passo foi testá-lo com algumas pessoas para averiguar seu nível de interpretação. Procurei não fazer perguntas em demasia, para não tornar cansativo o momento da entrevista, bem como não estimular a perda do foco. Meu objetivo era realizar um limitado número de perguntas, porém com clareza, como sugere Demo (2001).

Com base no roteiro elaborado e nos dados obtidos, elencamos três categorias para análise: *postura das professoras frente à avaliação institucional, postura do órgão proponente e avaliação institucional x qualidade do ensino.*

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Das cinco professoras pesquisadas, quatro demonstraram ser favoráveis à aplicação da prova e uma indiferente.

Quando questionadas sobre a quem a Prova Brasil avaliava, foram dadas opções para as professoras responderem a mais de um item. Uma respondeu que a prova Brasil avalia o aluno, o professor e as políticas públicas. Duas, que a Prova Brasil avalia o professor e o aluno. Duas outras, ainda responderam que a prova Brasil avalia somente as políticas públicas. Percebe-se que a maioria das professoras acredita que este tipo de avaliação avalia os alunos. Porém, segundo o MEC, o objetivo não é avaliar o aluno, e sim o sistema de ensino a partir das respostas dos alunos.

Quanto ao item aplicação da prova e preparação dos alunos, uma das professoras respondeu que sabia da aplicação da prova e preparou os alunos. Três professoras responderam que sabiam da aplicação e não prepararam os alunos. Uma professora não preparou os alunos, pois acreditava que de qualquer forma eles estão sendo preparados.

Sem dúvida, avaliar é preciso, mas esta avaliação deve se fazer presente junto aos atores educacionais e beneficiá-los no cotidiano escolar, trabalhando em prol da educação democrática e de qualidade.

Não se trata de negar a importância da avaliação externa, mas questionar se elas estão oportunizando um processo de reflexão mais contextualizada das práticas educativas como práticas sociais. A avaliação não pode se constituir em simples disciplinas, com conteúdos pré-definidos, ela deve ser uma atividade que faça parte do cotidiano das pessoas, ela ultrapassa os limites de sala de aula, assumindo intencionalidades que extrapolam a dimensão escolar.

Quanto aos objetivos da Prova Brasil, duas das professoras responderam que não foram informadas dos objetivos da avaliação, e três disseram que foram informadas, mas as demais respostas evidenciaram não ter clareza sobre a real proposta do MEC.

Sobre recursos recebidos pelas escolas após a realização das provas, duas professoras responderam que, após a edição da Prova Brasil de 2005, a escola não recebeu nenhum recurso técnico, e três responderam que não tem conhecimento do assunto.

A criação de avaliações como processos de aceleração de resultados e como estratégias de gerenciamento da política educacional (caso da implantação dos sistemas de avaliação da educação básica e ensino médio), servem também para direcionamento de investimentos do MEC, sejam eles financeiros ou de natureza administrativa, como processo de credenciamento, ou ainda, resultados de estatísticas, estímulo à competitividade, manipulação da opinião pública, ameaças de punição. Para Freitas (2007), a avaliação em larga escala de redes de ensino precisa ser articulada com a avaliação institucional e da sala de aula.

Para Morrow e Torres (2004), o sistema educacional estatal e público está enfraquecido e busca um caminho para uma “reforma na educação” em resposta aos supostos imperativos da globalização. Nos países em desenvolvimento, em que regimes democráticos fracos e empobrecidos ainda não foram capazes de entender os benefícios básicos à educação pública em massa, de forma igualitária, as políticas de ajuste estrutural têm sido impostas. Segundo Oliveira (2002), as duas últimas décadas foram produtivas, em Reformas Educacionais no Brasil.

Para Cunha (2006) reduzir a avaliação à aplicação de uma prova é reforçar uma visão mecanicista e simplificadora, constituída como tecnificação da formação.

Tem sido comum perceber os professores apenas como executores, ao invés de sujeitos do processo de definir os rumos desejados, a capacidade dos docentes de agirem de maneira responsável e autônoma fica comprometida, na medida em que são condicionados e estipulados limites por um currículo nacional, que enfatiza o desenvolvimento de competências, e posteriormente por avaliações nacionais que vão aferir o desempenho dos alunos. Esses processos avaliativos podem tornar-se, nesta perspectiva, dispositivos de controle e regulação das práticas pedagógicas. Deve-se considerar também que as escolhas de quais competências devem ser avaliadas não é neutra, ela expressa e traduz preferências, sejam elas individuais ou sociais.

#### **4. CONCLUSÕES**

Considero que as avaliações mais importantes são as que orientam o ensino, integradas ao processo de aprendizagem, e não simples provas periódicas. Avaliações como a Prova Brasil devem ser feitas para permitir planejar o aperfeiçoamento de escolas e redes. A finalidade desse exame deve ser orientar, mas não “carimbar” uma instituição, evitando comparações absolutas entre escolas e professores que atuam em situações diversas, e em meios diferentes. Para Cunha (2006), utiliza-se de um instrumento (Prova Brasil) como capaz de definir qualidade, sem avaliar o contexto. Estas avaliações devem ser vistas como recursos para ensinar e aprender melhor, nunca temidas como sentenças, nem pelo aluno, nem pelo professor.

Penso que o papel do professor, neste cenário de avaliações, é buscar perceber de que maneira pode se tirar proveito para uma melhor aprendizagem do aluno; sem deixar de considerar que toda e qualquer educação tem que ter como finalidade, como objetivo a criança, ou seja, o ensino deve ser feito de maneira que contribua de alguma forma na vida do educando, para que ele possa fazer do ensino escolar instrumento de melhoria no seu meio social.

O que pude perceber é que as professoras não têm claro quais os objetivos da Prova Brasil, parece que na concepção da maioria entrevistada, a utilidade para a prova é medir uma escola em relação à outra. Partindo desse pressuposto estaria tudo ótimo, o objetivo estaria sendo cumprido, pois as escolas já estão sendo quantificadas. Parece este ser o motivo de a maioria das professoras não serem contra a Prova Brasil, pois pensam elas que a mesma está atingindo seus objetivos. Porém, acredito que a quantificação à qual elas se referem tem de ser apenas um indicador para a realização de práticas efetivas que melhorem significativamente a educação brasileira.

Algumas vezes, as reformas são feitas de acordo com interesses de bancos e corporações internacionais que são alheios à sociedade e aos agentes diretamente envolvidos, como o caso da Prova Brasil. Tardif (2002) afirma que os professores serão sujeitos do conhecimento quando forem atores de sua prática e não apenas executores das reformas da educação. São questões que devem ser vistas, trabalhadas e discutidas, pois só assim poderemos transpor as barreiras que se colocam.

É importante analisarmos os mecanismos utilizados na Avaliação Institucional e suas conseqüências. A partir desse conhecimento, assumir nossa própria identidade e papel, de acordo com a qualidade de educação desejada.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. <http://provabrazil.inep.gov.br>, acesso em 18 de setembro de 2008.
- CUNHA, Maria Isabel da. *Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: Saberes silenciados em questão*. **Rev. Bras. Educ.**, vol.11, nº.32, p.258-271, ago.2006.
- DEMO, Pedro. ***Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos***. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- FREITAS, Dirce Nei Teixeira. A avaliação educacional como objeto de recomendações internacionais. **Estudos em Avaliação Educacional**, v.16, nº31, jan jun. 2005.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino*. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.28, n.100 Especial, out.2007.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. ***Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade***. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. ***Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições***/ Cipriano Carlos Luckesi.-7ª.ed. - São Paulo: Cortez, 1998.
- MORROW, Raymond; TORRES, Carlos Alberto. Estado, **Globalização e Políticas Educacionais**.IN: BURBULES, Nicholas e Torres, Carlos Alberto. *Globalização e Educação: perspectivas críticas*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- OLIVEIRA, Dalila. **Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola**. Oliveira, D.; Rosar Maria de Fátima (orgs). *Política e gestão da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.125-143.
- VALENTE, Silza Maria Pasello. Avaliação da aprendizagem no contexto da reforma educacional brasileira. **Estudos em avaliação Educacional**, nº28, Jul-Dez/2003.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ZAGUARY, Tania. **O professor refém**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2006.